

Análise das Interações da Audiência Pública da CCT sobre Mineração de Terras Raras no Brasil – 17/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **200 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), em 17/09/2025, sobre o tema: “Mineração de Terras Raras no Brasil: desafios, impactos econômicos e oportunidades estratégicas”. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na compreensão dos anseios da sociedade e na formulação de políticas públicas para o setor.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 200

Temas principais:

- 1. Soberania Nacional e Modelo Econômico (39%):** A maior preocupação dos cidadãos é que o Brasil repita seu padrão histórico de mero exportador de matéria-prima. Há um forte apelo para que o país não apenas extraia, mas também processe e industrialize as terras raras, agregando valor e desenvolvendo uma cadeia produtiva nacional. Muitos defendem que a exploração seja controlada por empresas estatais ou nacionais para garantir que os benefícios econômicos permaneçam no Brasil, em vez de serem direcionados a empresas e acionistas estrangeiros. A questão central é como transformar esse recurso em soberania e desenvolvimento interno, e

não em mais um ciclo de exploração colonial.

Exemplo: “Qual a estratégia que está sendo montada para que o Brasil não se caracterize como um mero armazém fornecedor de matéria-prima?” (Waldinei R. - PA)

2. Impactos Socioambientais e Sustentabilidade (33%): As questões ambientais e sociais representam o segundo maior foco de interesse. Os cidadãos questionam os riscos de contaminação de solos, rios e aquíferos, a destruição da biodiversidade e os impactos na saúde dos trabalhadores e das comunidades do entorno. Há uma preocupação especial com a proteção dos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais. A viabilidade de uma mineração sustentável é frequentemente posta em dúvida, com pedidos por estudos de impacto transparentes e medidas de mitigação eficazes.

Exemplo: “Como conciliar a exploração econômica das terras raras sem comprometer as comunidades locais, os rios e a soberania nacional?” (Gabriel D. - RJ)

3. Regulamentação, Fiscalização e Governança (12%): Os participantes demonstram grande preocupação com a capacidade do Estado de regular e fiscalizar a atividade de mineração. As perguntas abordam a necessidade de um licenciamento ambiental rigoroso e específico para terras raras, a definição clara dos órgãos fiscalizadores e a criação de mecanismos para prevenir desastres como os de Mariana e Brumadinho. A transparência do processo, o acesso público às informações e a participação da sociedade civil nas decisões são vistos como fundamentais.

Exemplo: “Como serão feitas as análises dos impactos ambientais? Como a população terá acesso a essas informações? E quem fiscalizará o processo?” (Francisca G. - AC)

4. Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (10%): Uma parcela significativa das manifestações enxerga a exploração de terras raras como

uma oportunidade para o avanço tecnológico do Brasil. Os cidadãos sugerem que o governo fomente a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação no setor, criando parcerias com universidades e incentivando startups. O objetivo seria não apenas dominar a extração, mas também a tecnologia de processamento e a fabricação de produtos de alto valor agregado, como ímãs de neodímio e outros componentes tecnológicos.

Exemplo: “*Existe a possibilidade de fomentar startups em parceria com universidades para a exploração, processamento e uso de terras raras?*”
(Felipe T. - PR)

5. Posicionamentos Gerais (6%): Esta categoria reúne manifestações que expressam uma opinião direta sobre a mineração, seja de oposição ou de apoio. De um lado, há cidadãos que defendem a proibição total da atividade, argumentando que nenhum benefício econômico justifica os danos ambientais e sociais. De outro, há aqueles que apoiam a exploração como um caminho essencial para a prosperidade e o fortalecimento do país, defendendo que as preocupações ambientais não devem impedir o desenvolvimento nacional.

Exemplo: “*Como fazer a mineração sem impacto ambiental? Impossível. Se tiver que escolher entre dinheiro, tecnologia e natureza, fico com a última.*”
(Carolina B. - DF)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma forte preocupação popular com o modelo de exploração das terras raras, com um debate centralizado na dicotomia entre a oportunidade econômica e os riscos socioambientais e à soberania. A repetição do padrão histórico de exportação de matéria-prima e os danos a comunidades e ecossistemas foram as principais apreensões. Os posicionamentos variaram entre a defesa de um modelo de exploração com controle estatal e industrialização nacional e a oposição completa à atividade, evidenciando o clamor para que a riqueza mineral do país resulte em benefício social e tecnológico duradouro.



Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35607>.